

RECURSO ESPECIAL Nº 1.854.155 - PR (2019/0236529-0)

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
RECORRENTE : PAVÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA
ADVOGADOS : HEROLDES BAHR NETO - PR023432
THOMÉ SABBAG NETO - PR051248
RECORRIDO : COPEL DISTRIBUIÇÃO S.A
ADVOGADOS : SIVONEI MAURO HASS - PR033683
FABÍOLA MARTINI SIBUT E OUTRO(S) - PR044877

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENQUADRAMENTO TARIFÁRIO. VALORES COBRADOS A MAIOR. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO NO DISPOSITIVO INDICADO. SÚMULA 284/STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 997/998, e-STJ):

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. REPETIÇÃO DE INDÉBITOS. ENERGIA ELÉTRICA. ENQUADRAMENTO TARIFÁRIO. SITUAÇÃO FÁTICA. PRETENSÃO AUTORAL PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO RELATIVA A VALORES COBRADOS EM EXCESSO PELA COMPANHIA FORNECEDORA DE ENERGIA ELÉTRICA EM RAZÃO DE ENQUADRAMENTO TARIFÁRIO DETERMINADO PELA AGÊNCIA REGULADORA (ANEEL). SENTENÇA QUE RECONHECEU A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO APLICANDO PRAZO TRIENAL PREVISTO NO ARTIGO 206 §3º, INCISO IV, DO CÓDIGO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. INSURGÊNCIA DO AUTORA PARA ANULAÇÃO DA SENTENÇA E RECONHECIMENTO DE APLICABILIDADE DO PRAZO DECENAL. PLEITO PARA FIXAÇÃO DO TERMO INICIAL COM BASE NO PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. PRESCRIÇÃO DECENAL. APLICAÇÃO. ARTIGO 205 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRETENSÃO PARA REPETIÇÃO DE INDÉBITO DECORRENTE DE REENQUADRAMENTO TARIFÁRIO. ENERGIA ELÉTRICA. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL SUBMETIDO AO REGIME DOS RECURSOS REPETITIVOS. RESP 1.113.403/RJ, DE RELATORIA DO MIN. TEORI ALBINO ZAVASCKI (DJE 15.9.2009). TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. DATA DO VENCIMENTO DE CADA FATURA PAGA EM QUE FOI PERPETRADA COBRANÇA A MAIOR. SURGIMENTO DA PRETENSÃO. MOMENTO DA VIOLAÇÃO DO DIREITO. OBRIGAÇÕES PERIÓDICAS. EXEGESE DO ARTIGO 189 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002. PRECEDENTE DESTES TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E

PARCIALMENTE PROVIDO PARA RECONHECER A APLICAÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL DECENAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 205 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.

1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.113.403/RJ, de relatoria do Min. Teori Albino Zavascki (DJe 15.9.2009), submetido ao regime dos recursos repetitivos do art. 543-C do Código de Processo Civil e da Resolução STJ 8/2008, firmou o entendimento de que incide o prazo prescricional estabelecido pela regra geral do Código Civil, ou seja, de 20 anos, previsto no art. 177 do Código Civil de 1916, ou de 10 anos, nos termos do art. 205 do Código Civil de 2002. Observar-se-á, na aplicação de um e de outro, se for o caso, a regra de direito intertemporal estabelecida no art. 2.028 do Código Civil de 2002. Também se adota tal orientação em relação à repetição de indébito por questão referente ao enquadramento tarifário na prestação de serviço de energia elétrica. (AgInt no AREsp 850.181/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/05/2016, DJe 25/05/2016)

Embargos de declaração rejeitados.

O recorrente alega violação do artigo 205 do CC/2002, ao argumento de que a contagem do prazo prescricional deve se dar a partir do conhecimento do evento danoso, conforme princípio da *actio nata*.

Com contrarrazões às fls. 1.136/1.143.

Juízo negativo de admissibilidade às fls. 1.169/1.172.

Agravo provido para melhor análise do recurso especial à fl. 1.359.

É o relatório. Passo a decidir.

Não é possível conhecer do recurso especial que apresenta suposta violação do artigo 205 ao argumento de que o termo inicial do prazo prescricional deve ser a data do conhecimento do evento danoso e não o momento em que ocorreu efetivamente a cobrança indevida - fundamento adotado pelo acórdão recorrido com esteio no artigo 189 do CC/2002.

Isso porque o dispositivo indicado como malferido não contém comando normativo capaz de sustentar a tese deduzida e infirmar a validade do fundamento do acórdão recorrido.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator